

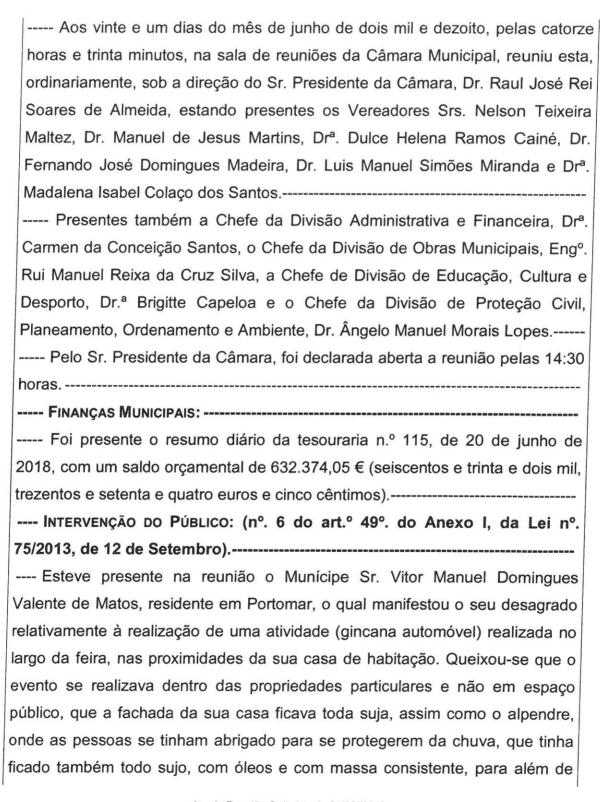
ATA N.º 11/2018

REUNIÃO ORDINÁRIA DE

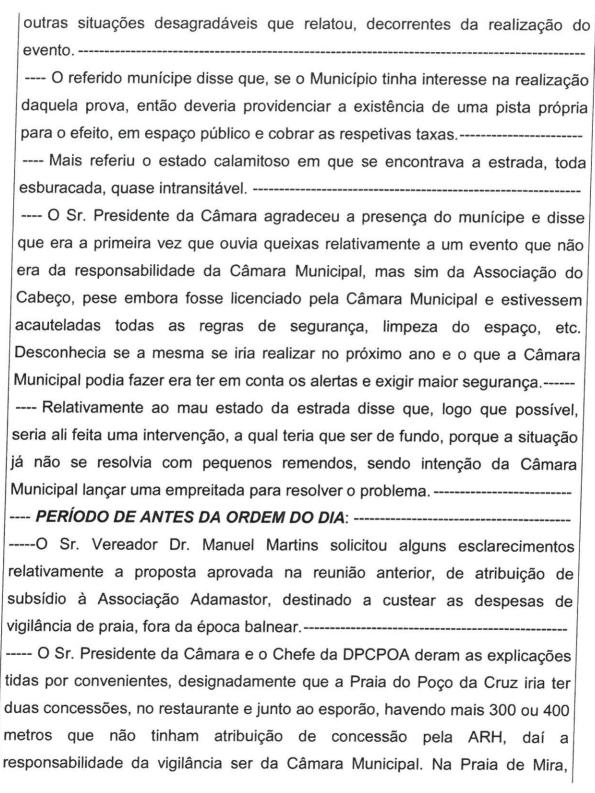
21/06/2018

"Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões".









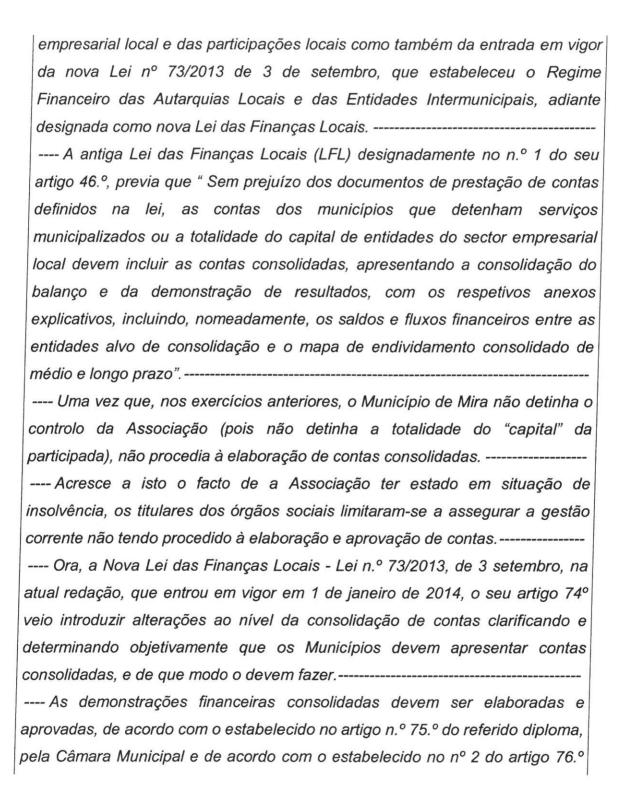


havia uma nova concessão junto à Capela, sendo que havia uma outra
concessão, depois do "Duna" que não abriria este ano e a competência da
vigilância era da Câmara Municipal
O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins questionou ainda relativamente ao
horário praticado, tendo o Chefe da DPCPOA, Dr. Ângelo Lopes dito que a
vigilância era assegurada das 9.00h às 20:00h e que cada funcionário só podia
fazer o máximo de 35 horas semanais, sendo obrigatório cumprir os períodos
de descanso
O Sr. Presidente da Câmara acrescentou que em 2015 tinha havido
problemas graves com a vigilância das praias, ao ponto do Sr. Comandante do
Porto de Aveiro ter ameaçado mandar arrear a bandeira azul, por falta de
cumprimento da vigilância, dados os problemas entre os concessionários e os
nadadores e com o cumprimento de horários. A partir de 2016, a Câmara
Municipal tinha assumido o processo e celebrado protocolo, por forma a
assegurar a vigilância e manter a qualidade exigida pela bandeira azul,
processo que era liderado, com empenho, pelo Sr. Vereador Nelson, a quem
endereçou uma palavra de reconhecimento
O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins perguntou se os concessionários
não pagavam nada, tendo o Sr. Presidente respondido que assumiam 50% dos
custos
PERÍODO DA ORDEM DO DIA:
DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:
4ª. REVISÃO ORÇAMENTAL 3ª. REVISÃO ÀS GOP'S – ANO 2018
A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções dos
Senhores Vereadores Dr. Manuel Martins e Dr. Luis Miranda e cinco votos a
favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores Senhores Nelson Maltez,
Dra. Dulce Cainé, Dr. Fernando Madeira e Dra. Madalena Santos, aprovar a
proposta n.º 159/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da



	aprovação, nos termos do D.L. nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro, na atual
	redação, da 4ª. revisão orçamental e 3ª. Revisão às GOP's do ano de 2018,
	que aqui se dá como reproduzida, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 5.º, do
	Decreto-Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, com a redação introduzida
	pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto, instrumento que
	importa na quantia global de 2.100,00€ (dois mil e cem euros)
	Mais foi deliberado submeter o assunto à aprovação do Órgão Deliberativo
	do Município, nos termos preconizados da alínea a) do nº, 1 do artº. 25º. do
	Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro
	CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017
	A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções dos
	Senhores Vereadores Dr. Manuel Martins e Dr. Luis Miranda e cinco votos a
	favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores Senhores Nelson Maltez,
	Drª. Dulce Cainé, Dr. Fernando Madeira e Drª. Madalena Santos, aprovar a
1	proposta nº. 160/2017, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação
1	dos documentos de prestação de contas consolidadas, bem como, da
!	submissão dos mesmos à apreciação do Órgão Deliberativo, nos termos do n.º
2	2 e n.º 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação,
C	que estabeleceu o Regime Financeiro das Autarquias Locais, conjugado com
â	as alíneas I), do nº. 1, do artº. 25º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de
S	setembro, na atual redação
-	Os referidos documentos encontram-se anexos à presente ata e dela ficam
а	fazer parte integrante
-	A mencionada proposta é do seguinte teor:
-	"CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017
-	Nota prévia
-	A obrigação legal de consolidação de contas decorre não só por força da
L	ei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade

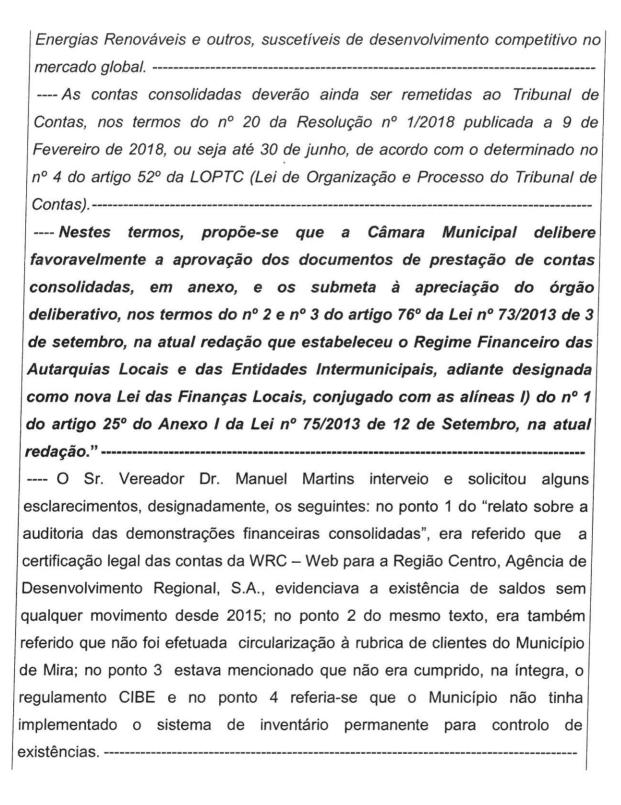




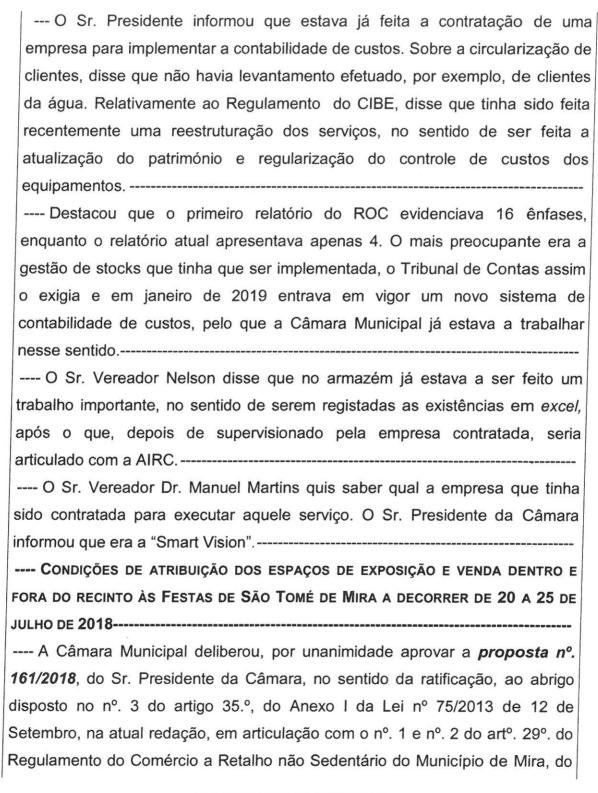


submetidas a apreciação dos órgãos deliberativos durante sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam. --------- Nesse sentido e atendendo a que se mantiveram os mesmos pressupostos e condicionantes, a consolidação de contas do exercício de 2017, efetuou-se nos mesmos moldes do ano anterior. Isto é, pautando-se o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias – POCAL pela ausência de princípios e procedimentos contabilísticos que devem estar subjacentes a uma adequada consolidação de contas foi considerada a orientação n.º 1/2010, aprovada pela Portaria n.º 474/2010 de 1 Junho de 2010, que apresenta um conjunto de princípios enquadradores que devem estar subjacentes à consolidação de contas, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios. Foi ainda seguido na elaboração da prestação de contas, as instruções "Consolidação de Contas pelos Municípios" elaboradas pelo SATAPOCAL - Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL – e publicadas pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL). --------- ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO ---------- O perímetro de consolidação do Município de Mira engloba a AIBAP -Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque, detida a 89,29% pelo Município. A AIBAP - Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque é uma associação sem fins lucrativos, constituída a 15 de Novembro de 2003 pela Associação do Beira Atlântico Parque e pela Câmara Municipal de Mira. A Incubadora do Beira Atlântico Parque insere-se na lógica de desenvolvimento sub-regional definida para o território delimitado pelas cidades de Coimbra. Figueira da Foz e Aveiro, e estabelece sinergias com as restantes incubadoras e unidades de investigação universitária e tecnológicas aí sedeadas. A AIBAP tem por objeto social apoiar a criação e/ou desenvolvimento de ideias ou projetos empresariais visando a criação de empresas inovadoras de base tecnológica em sectores como a Biotecnologia, as Tecnologias de Informação e Multimédia, Eletrónica, Telecomunicações, Nanotecnologia, IFoodTech, Mar,











	despacho proferido em 30 de maio de 2018, que determinou a atribuição dos
	Espaços de Apoio às Festas de S. Tomé, dentro e fora do recinto, a decorrer
	de 20 a 25 de julho 2018
	A atribuição dos Espaços de Apoio às Festas de S. Tomé 2018, dentro no
	recinto das festas, deverá ser feita por concurso público, na modalidade de
	hasta pública, de acordo com as regras do edital e valor base de licitação dos
	locais, nos termos do disposto na alínea b) e ss do nº 3 do artigo 26 do
	Regulamento Municipal e de acordo com a alínea f) do nº 2 do artigo 81º do
	Anexo da Lei nº 10/2015, de 16 de janeiro
	Mais foi deliberado que a Comissão/Júri que deverá presidir à hasta
	pública, deverá ser composta pelos seguintes elementos:
	Presidente: Nelson Maltez, Vereador;
	1º Vogal: Dulce Cainé, Vereadora;
	2º Vogal: Dr. Ângelo Lopes
	Secretária: Dr.ª Liliana Cruz
	Vogal Suplente: Dr ^a Carla Martins
-	A implantação dos equipamentos nos locais fica sujeita a verificação prévia
C	los Serviços Municipais, não podendo ocorrer qualquer alteração, sem a
d	levida autorização da Câmara Municipal
-	O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins perguntou qual era o programa e o
o	rçamento estimado para as festas de S. Tomé do corrente ano
-	O Sr. Presidente da Câmara disse que seria apresentado posteriormente e
q	ue a apresentação do cartaz seria feita nos próximos dias
	ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE
E	DUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MIRA -
Pl	JBLICITAÇÃO DO INÍCIO DO PROCEDIMENTO, APROVAÇÃO DO PROJETO DE
Αl	TERAÇÃO DO REGULAMENTO E AUDIÊNCIA DE INTERESSADOS

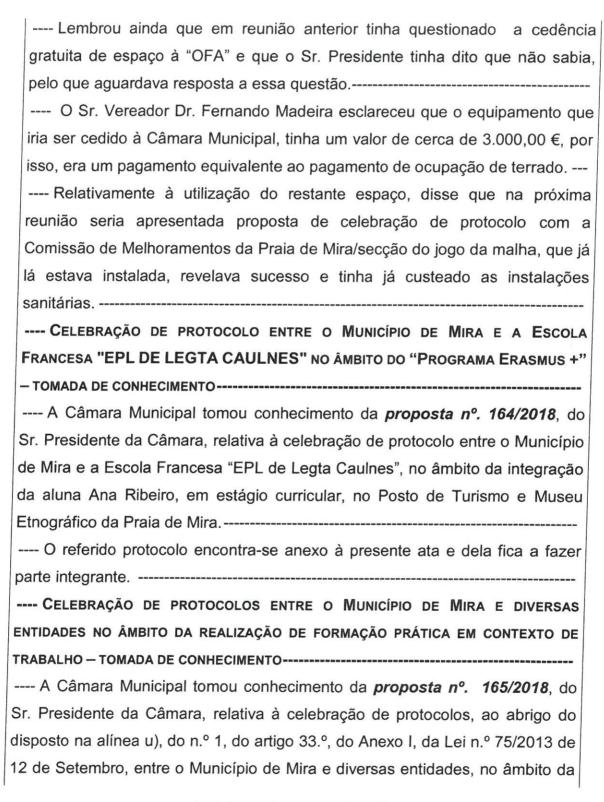


	A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nº
	162/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação, ao abrigo
	das disposições conjugadas previstas no artigo 241.º da Constituição da
	República Portuguesa, nas alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, alíneas k) e u
	do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na
	sua atual redação, do projeto de alteração ao Regulamento Municipal das
	Atividades de Animação e Apoio à Família nos estabelecimentos de educação
	pré-escolar da rede pública do Município de Mira, passando a constar:
	"Artigo 15.°
	()
	2- Os pagamentos efetuados depois do prazo referido e até ao último dia
	útil desse mesmo mês, sofrerão um acréscimo de:
	a) 25% do valor da mensalidade
	()"
	Mais foi deliberado dar início aos procedimentos de audiência dos
	interessados e submissão a consulta pública do projeto de alteração ao
	Regulamento Municipal das Atividades de Animação e Apoio à Família nos
	estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Município de
	Mira, ao abrigo do disposto artigo 98.º, artigo 99.º, artigo 100.º e artigo 101.º do
1	Novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º
	4/2015, de 7 de janeiro e que posteriormente seja submetido à consulta
1	oública, por um período não inferior a 30 dias, a divulgar no Diário da
F	República
-	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
	Protocolo de colaboração, no âmbito da implementação de atividades
	DESPORTIVAS NA PRAIA DE MIRA - "MINIGOLFE"
-	A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções dos
S	Senhores Vereadores Dr. Manuel Martins e Dr. Luis Miranda e cinco votos a



favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores Senhores Nelson Maltez. Dra. Dulce Cainé, Dr. Fernando Madeira e Dra. Madalena Santos, aprovar a proposta nº. 163/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação do protocolo a celebrar entre o Município de Mira e a "Lusogolfe, Unipessoal, Lda.", ao abrigo do disposto na alínea u), do no. 1, do arto. 33º. do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, tendo em vista o estabelecimento de uma parceria de colaboração entre as partes, no âmbito de implementação de atividades desportivas na Praia de Mira, designadamente minigolfe. --------- A minuta do referido protocolo enontra-se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. ---------- O Sr. Vereador Dr. Fernando Madeira fez uma explicação do protocolo e disse que a atividade tinha sido vista com interesse, por forma a complementar a atividade extra balnear e iria funcuionar no espaço do antigo mercado da Praia de Mira. A contrapartida para a Câmara Municipal traduzir-se-ia na cedência de equipamento e realização de atividades com as escolas. -------- O Sr. Vereador Dr. Luis Miranda perguntou quais seriam os custos para o Município, decorrentes da celebração daquele protocolo.--------- O Sr. Vereador Dr. Fernando Madeira disse que o protocolo vigoraria por 3 anos e que o custo era apenas o da cedência do espaço. --------- O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins disse que o protocolo referia a cedência de metade do espaço do antigo mercado e quis saber qual era o uso a que se destinava a outra metade e se existia também protocolo para essa utilização. Perguntou ainda se o intuito da empresa não seria vender aulas de minigolfe e se a Câmara Municipal não estaria a fazer uma cedência gratuita para realização de uma atividade comercial. -----

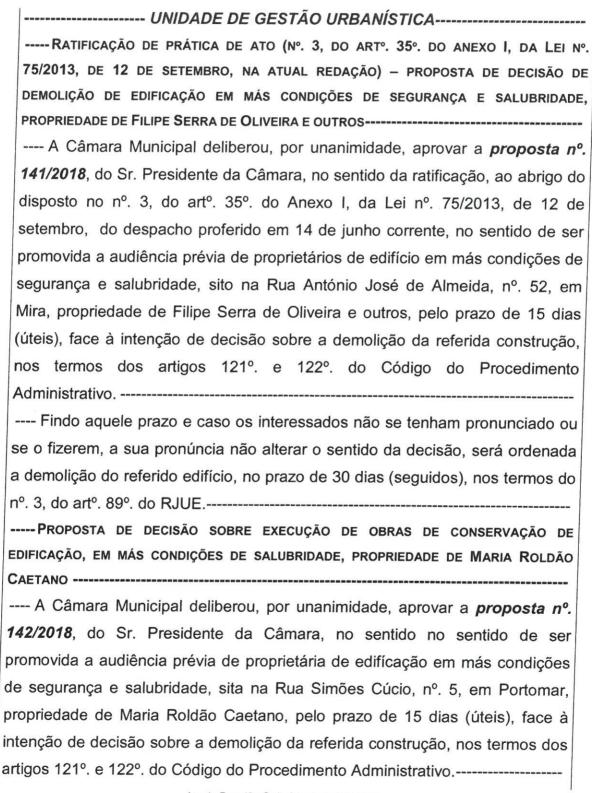






realização de formação prática em contexto de trabalho, com vista à integração
dos seguintes alunos:
David Emanuel Tomás Sequeira, do Curso de Especialização Tecnológica
de Turismo Cultural e Património, da Escola de Hotelaria e Turismo de
Coimbra;
Isidro André Costa Gomes e Samuel Vasconcelos da Silva Pereira, do
Curso de Técnico de Turismo, da Escola Profissional de Carvalhais, S. Pedro
do Sul
As minutas dos referidos protocolos, encontram-se anexas à presente ata e
dela ficam a fazer parte integrante
DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL, PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E
AMBIENTE
ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS
VOLUNTÁRIOS DE MIRA
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta nº</i> .
166/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da atribuição de um
subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mira, no
montante de € 10.000,00 (dez mil euros), destinado a custear as despesas
inerentes à permanência de uma ambulância na Praia de Mira, junto ao Parque
Municipal de Campismo, aos fins-de-semana no período de 16 a 30 de junho e
diariamente, nos meses de julho, agosto e de 1 a 16 de setembro, do corrente
ano. A prestação destes serviços é indispensável para assegurar o socorro
ano. A prestação destes serviços é indispensável para assegurar o socorro imediato aos banhistas e da qual resultam despesas com pessoal,
imediato aos banhistas e da qual resultam despesas com pessoal,
imediato aos banhistas e da qual resultam despesas com pessoal, deslocações, alimentação e outros, sendo o subsídio pago por três vezes da
imediato aos banhistas e da qual resultam despesas com pessoal, deslocações, alimentação e outros, sendo o subsídio pago por três vezes da seguinte forma:







	Findo aquele prazo e caso os interessados não se tenham pronunciado ou
	se o fizerem, a sua pronúncia não alterar o sentido da decisão, será ordenada
	a demolição do referido edifício, no prazo de 30 dias (seguidos), nos termos do
	nº. 2, do artº. 89º. do RJUE
	ENCERRAMENTO:
	E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi
	declarada encerrada a reunião, sendo 13:30h, tendo sido aprovada, por
	unanimidade, a minuta da respetiva ata, nos termos e para os efeitos do
•	disposto no n.º 3 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de
4	setembro, na atual redação
	E, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Olívia da Conceição
(C.P.A. Eulálio, na qualidade de secretária, redigi
	(Presidente: Raul José Rei Soares de Almeida, Dr.)
	leija,
	(Secretária: Olívia da Conceição C.P.A. Eulálio).